

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

OS DIREITOS HUMANOS NA ERA TECNOLÓGICA II

CAMILA MARTINS DE OLIVEIRA

FABRÍCIO GERMANO ALVES

O81

Os direitos humanos na era tecnológica II [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial: Skema Business School – Belo Horizonte;

Coordenadores: Fabrício Germano Alves, José Luiz de Moura Faleiros Júnior e Camila Martins de Oliveira – Belo Horizonte: Skema Business School, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-104-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Desafios da adoção da inteligência artificial no campo jurídico.

1. Direito. 2. Inteligência Artificial. 3. Tecnologia. I. Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (1:2020 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

OS DIREITOS HUMANOS NA ERA TECNOLÓGICA II

Apresentação

É com enorme alegria que a SKEMA Business School e o CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito apresentam à comunidade científica os 14 livros produzidos a partir dos Grupos de Trabalho do I Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial. As discussões ocorreram em ambiente virtual ao longo dos dias 02 e 03 de julho de 2020, dentro da programação que contou com grandes nomes nacionais e internacionais da área, além de 480 pesquisadoras e pesquisadores inscritos no total. Estes livros compõem o produto final deste que já nasce como o maior evento científico de Direito e da Tecnologia do Brasil.

Trata-se de coletânea composta pelos 236 trabalhos aprovados e que atingiram nota mínima de aprovação, sendo que também foram submetidos ao processo denominado double blind peer review (dupla avaliação cega por pares) dentro da plataforma PublicaDireito, que é mantida pelo CONPEDI. Os quatro Grupos de Trabalho originais, diante da grande demanda, se transformaram em 14 e contaram com a participação de pesquisadores de 17 Estados da federação brasileira. São cerca de 1.500 páginas de produção científica relacionadas ao que há de mais novo e relevante em termos de discussão acadêmica sobre os temas Direitos Humanos na era tecnológica, inteligência artificial e tecnologias aplicadas ao Direito, governança sustentável e formas tecnológicas de solução de conflitos.

Os referidos Grupos de Trabalho contaram, ainda, com a contribuição de 41 proeminentes professoras e professores ligados a renomadas instituições de ensino superior do país, os quais indicaram os caminhos para o aperfeiçoamento dos trabalhos dos autores. Cada livro desta coletânea foi organizado, preparado e assinado pelos professores que coordenaram cada grupo. Sem dúvida, houve uma troca intensa de saberes e a produção de conhecimento de alto nível foi, certamente, o grande legado do evento.

Neste norte, a coletânea que ora torna-se pública é de inegável valor científico. Pretende-se, com esta publicação, contribuir com a ciência jurídica e fomentar o aprofundamento da relação entre a graduação e a pós-graduação, seguindo as diretrizes oficiais. Fomentou-se, ainda, a formação de novos pesquisadores na seara interdisciplinar entre o Direito e os vários

campos da tecnologia, notadamente o da ciência da informação, haja vista o expressivo número de graduandos que participaram efetivamente, com o devido protagonismo, das atividades.

A SKEMA Business School é entidade francesa sem fins lucrativos, com estrutura multicampi em cinco países de continentes diferentes (França, EUA, China, Brasil e África do Sul) e com três importantes creditações internacionais (AMBA, EQUIS e AACSB), que demonstram sua vocação para ensino e pesquisa de excelência no universo da economia do conhecimento. A SKEMA, cujo nome é um acrônimo significa School of Knowledge Economy and Management, acredita, mais do que nunca, que um mundo digital necessita de uma abordagem transdisciplinar.

Agradecemos a participação de todos neste grandioso evento e convidamos a comunidade científica a conhecer nossos projetos no campo do Direito e da tecnologia. Já está em funcionamento o projeto Nanodegrees, um conjunto de cursos práticos e avançados, de curta duração, acessíveis aos estudantes tanto de graduação, quanto de pós-graduação. Até 2021, será lançada a pioneira pós-graduação lato sensu de Direito e Inteligência Artificial, com destacados professores da área.

Agradecemos ainda a todas as pesquisadoras e pesquisadores pela inestimável contribuição e desejamos a todos uma ótima e proveitosa leitura!

Belo Horizonte-MG, 07 de agosto de 2020.

Prof^a. Dr^a. Geneviève Daniele Lucienne Dutrait Poulingue

Reitora – SKEMA Business School - Campus Belo Horizonte

Prof. Dr. Edgar Gastón Jacobs

Coordenador Acadêmico da Pós-graduação de Direito e Inteligência Artificial da SKEMA Business School

AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E A TUTELA DOS DADOS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS SOB UMA ÓTICA CONSTITUCIONAL

INFORMATIVE SELF-DETERMINATION AND PROTECTION OF PERSONAL DATA: AN ANALYSIS OF THE GENERAL DATA PROTECTION LAW FROM A CONSTITUTIONAL PERSPECTIVE

Mathaus Miranda Maciel

Resumo

Buscar-se-á elucidar como os direitos da privacidade e da intimidade são assegurados no meio ambiente digital e como estão em constante transformação, sujeitos a riscos e violações de direito, uma vez que novas demandas sociais, não raro, se manifestam. Ainda, ao diferenciar os dados pessoais dos dados sensíveis, sob um enfoque constitucional, interpretar-se-á a Lei Geral de Proteção de Dados e seus impactos sociojurídicos no Brasil. Finalmente, explicitar-se-á acerca da formação de uma consciência digital, pautada em diretrizes e fomentos da educação digital, de modo a enraizar uma cultura em torno desses valores fundamentais.

Palavras-chave: Dados pessoais, Tutela, Lei geral da proteção de dados, Direitos fundamentais

Abstract/Resumen/Résumé

It will seek to elucidate how the rights of privacy and intimacy are ensured in the digital environment and how they are constantly changing, subject to risks and violations of law, as new social demands are often manifested. Also, by differentiating personal data from sensitive data, under a constitutional perspective, the General Data Protection Law and its socio-legal impacts in Brazil will be interpreted. Finally, it will be made explicit about the formation of a digital conscience, guided by guidelines and incentives of digital education, to root a culture around these fundamental values.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Personal data, Guardianship, General data protection law, Fundamental rights

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido abordará a problemática da proteção dos dados pessoais sob o enfoque dos direitos da privacidade e da intimidade, ambos direitos garantidos constitucionalmente. Nesse contexto, tais direitos, previstos no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, asseguram como invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (BRASIL, 1988). Dessa maneira, a partir de uma análise crítica desses direitos sob égide constitucional, indicar-se-á as mudanças pelas quais a modernidade atravessa e a necessidade da proteção desses direitos, ainda que de formas distintas das utilizadas em gerações passadas.

O trabalho tem por objetivo explicitar a existência de um meio ambiente digital sujeito a riscos e a violações de direitos, o que, na modernidade do capitalismo de vigilância, mostra-se uma questão de extrema relevância e de impacto na vida de inúmeros indivíduos. Ainda, é tido como objetivo do resumo a distinção entre os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, além das suas implicações sociojurídicas na atualidade, uma vez que eventual violação de dados pode ser precedente para a ocorrência de danos diversos, sobretudo nos direitos da personalidade.

Nesse diapasão, ao considerar a constante e inevitável transmutação da realidade, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.109/2018), ainda não vigente no ordenamento jurídico brasileiro, mostra-se como um importante instrumento no que se refere a regulamentação de uma política de proteção de dados pessoais. A LGPD, inspirada, de forma explícita, no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) europeu, tentará, mediante um diálogo categórico com a Constituição, garantir uma autonomia dos dados pessoais que concentre-se em torno do próprio indivíduo. Por conseguinte, é finalidade, ainda, dos estudos constatar como a aplicação do princípio da autodeterminação informativa, ou seja, o controle independente dos indivíduos para com seus dados, deve ser a solução mais viável em tempos de meio ambiente digital, a partir de diretrizes da formação de uma consciência digital.

O resumo expandido que será desenvolvido pertence à vertente metodológica jurídico-sociológica. No tocante ao tipo de investigação, foi aplicado, na classificação de Witker (1985) e Gustin (2010), o tipo jurídico-projetivo. Finalmente, a técnica empregada é a de pesquisa teórica, a dispor de doutrina, legislação e obras literárias pertinentes.

2. O MEIO AMBIENTE DIGITAL E AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS

De maneira inicial, a contemporaneidade é marcada por diversas transformações, seja nos modos de produção e nas formas de pensar e de agir, seja na estrutura das próprias sociedades. Nesse ínterim, a ascensão das novas tecnologias, sobretudo da Internet, revolucionou o *modus operandi* dos indivíduos em relação ao tratamento de seus dados pessoais. Com a Internet, é até possível crer na ressignificação do privado, de modo que as constantes modificações experienciadas pelos direitos da intimidade e da privacidade asseveram-se na Internet e há o surgimento de uma percepção de um ofuscamento de antigos limites da privacidade, que se mostram mais fluidos e heterogêneos (REIS; NAVES, 2020, p. 161).

A partir dessas constatações, só é possível visualizar a mutação de tais direitos, na medida em que, na sociedade hodierna, vive-se, também, no meio ambiente digital. Dessa maneira, a formação da cultura social é determinada pelo conteúdo que o usuário da Internet cria e é exposto, segundo muito bem notificado por Fiorillo:

O século XXI caracteriza-se pelo que se define como “sociedade da informação”, em que as tecnologias da comunicação fornecem a base material para a integração global e favorecem o intercâmbio cada vez mais veloz de informações entre indivíduos, corporações e instituições. Apesar das contradições e desigualdades que se fazem presentes neste contexto, a sociedade da informação caracteriza nova forma de produção de relações sociais, baseada na flexibilidade e no incentivo à capacidade criacional (FIORILLO, 2013, p. 479).

Contudo, justamente pela condição de *prosumers*, ou seja, produtores e consumidores ao mesmo tempo, de informações no meio ambiente digital é que os indivíduos necessitam de tutela acerca de seus dados pessoais. Nesta senda, violações de direitos no tocante ao tratamento de dados podem ocorrer, a exemplo de aplicativos que, em posse dos dados de seus clientes, não informam estes acerca de quaisquer operações que eventualmente realizem. Ademais, é possível ocorrer uma violação de direitos superveniente, na situação em que os consumidores possuem seus dados divulgados pela não adoção de uma política protetiva em face desses dados pessoais.

Ainda acerca da exigibilidade de uma garantia de proteção dos dados dos indivíduos, constata-se que os motivos das violações de dados que ocorrem na modernidade são explicados através de dois conceitos. Inicialmente, o sociólogo alemão Ulrich Beck elucida que a sociedade hodierna é uma sociedade do risco, ou seja, as práticas são inexatas e diante de cada ação, há um risco. Contudo, o olhar do risco está pautado nas vantagens produtivas e sempre que for

viável economicamente haverá a comercialização do risco (BECK, 2010), o que, de maneira inevitável, propiciará violações de direitos, sobretudo da privacidade e da intimidade. Além da miopia econômica acerca dos riscos, que motivam o descumprimento de direitos, há o capitalismo de vigilância (*surveillance capitalism*), explicado pela professora Shoshana Zuboff:

1. A new economic order that claims human experience as free raw material for hidden commercial practices of extraction, prediction, and sales; 2. A parasitic economic logic in which the production of goods and services is subordinated to a new global architecture of behavioral modification; 3. A rogue mutation of capitalism marked by concentrations of wealth, knowledge, and power unprecedented in human history (ZUBOFF, 2019, p.7).

Portanto, ao convergir a sociedade dos riscos, exploradora comercialmente dos riscos, com o capitalismo de vigilância, fenômeno que utiliza os seres humanos como matéria-prima gratuita para práticas ocultas de previsão e de vendas, nota-se a problemática e a necessidade da tutela dos dados pela adoção de legislações protetivas.

3. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: FUNDAMENTOS, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A recente história brasileira de proteção de dados pessoais, previamente à LGPD, é marcada por leis esparsas acerca da matéria, com destaque para a Lei 12.737/2012 e o Marco Civil da Internet. A primeira, sob um enfoque penal, tipificou condutas consideradas como delitos informáticos, que não eram tratados pelo Código Penal. Quanto ao Marco Civil, vigente desde 2014, tentara, de forma inicial estabelecer princípios, garantias e deveres para o uso da Internet no Brasil. Todavia, a disposição no artigo 7º, inciso VII, sobre o consentimento do usuário para o tratamento de seus dados pessoais de forma expressa (BRASIL, 2014), é recepcionada com distinção pela LGPD, que amplia as possibilidades de consentimento e estabelece, objetivamente, as situações de tratamento de dados.

Nessa seara, a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira é um corolário de novas situações ensejadoras de danos e que merecem a tutela específica, a exemplo do caso do *Facebook*, em que houve o compartilhamento dos dados de seus usuários para a empresa *Cambridge Analytica*, o que fora comprovado o auxílio à eleição do presidente norte-americano Donald Trump. A LGPD, inspirada pelo GDPR europeu, é uma investida brasileira no que se refere à adequação de legislações que protejam os dados de seus cidadãos, de modo a garantir autonomia e a própria cidadania.

A tutela dos direitos da privacidade e da intimidade no meio ambiente digital pretende ser assegurada com base em fundamentos, dispostos no artigo 2º da LGPD, que concentram a proteção dos dados pessoais principalmente na autodeterminação informativa, liberdade de expressão e nos direitos humanos (BRASIL, 2018). Ademais, essa Lei orienta-se por vários princípios, padrões jurídicos que devem ser observados obrigatoriamente pela exigência da justiça e da moralidade (DWORKIN, 2010, p. 36), destacados a finalidade do tratamento dos dados, a adequação, a necessidade, a segurança, a transparência e a não discriminação (BRASIL, 2018). Destarte, além dos preceitos da boa-fé objetiva, que devem acompanhar todo o negócio jurídico como deveres anexos, a LGPD veda o tratamento de dados abusivo e que segregue indivíduos.

Assim, a quantidade de informações pessoais dispostas no meio ambiente digital merece relevante debate em disposições de como serão feitos o seu tratamento, quais técnicas de proteção serão utilizadas (v.g. *compliance*), além da ciência de quem utilizará esses dados, com objetivos específicos, adequados e necessários. Entretanto, faz-se mister, ainda, diferenciar os dados pessoais dos dados sensíveis e suas implicações sociojurídicas.

3.1. Dados pessoais e dados pessoais sensíveis e sua proteção: garantias constitucionais

A reconfiguração do ambiente, em que há a incidência não só da realidade, mas também do meio ambiente digital transformou, inevitavelmente, os direitos da intimidade e da privacidade. A intimidade, um compartimento mais restrito da pessoa, como situações em que não se deseja tornar públicas e a privacidade, caracterizada como a vida pública, familiar ou social do indivíduo (NAVES; DE SÁ, 2017, p. 96) atravessam um ofuscamento de limites, uma vez que as fronteiras tornam-se cada vez mais fluidas e situações antes consideradas privadas, são vistas hoje com uma plasticidade maior. Dessa maneira, a partir desses direitos, surge implicações relacionadas ao controle e o tratamento dos dados pessoais.

A LGPD, no art. 5º, dispõe sobre a significação de vários conceitos, sobretudo dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis. Nesse contexto:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida

sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;(BRASIL, 2018)

Ambos os dados são protegidos constitucionalmente (art. 5^a, XII, CF), além da proteção à vida privada em matéria legal (art. 21, CC), e todo o tratamento que seja realizado em face desses dados deve constar, de forma obrigatória, com o consentimento inequívoco do indivíduo, a fim de que goze plenamente de sua autonomia como cidadão. O usuário possui o direito subjetivo, amparado pela boa-fé objetiva de ser informado acerca de todos os procedimentos de tratamento, de modo a serem tratados também as eventuais mudanças de políticas de dados e as vantagens e os riscos de sua utilização.

Dessa forma, os dados pessoais (v.g. nome, endereço, e-mail) que identificam ou podem identificar alguma pessoa natural, na situação em que são expostos na Internet, o são pela fruição decorrente do exercício da autonomia informativa do usuário, a exemplo de compartilhamento de dados em redes sociais. Porém, tais dados podem acessados em decorrência de violações direcionadas ao detentor dos dados pessoais do usuário, que não adotou técnicas adequadas de segurança ou desrespeitou os padrões dos deveres anexos da lealdade, da confiança e da informação. A problemática reside-se no fato de que, quando a violação dos dados é ocorrida em face de dados sensíveis, os danos acarretados aos usuários podem ser imensuráveis e de proporções irreparáveis, o que justifica a importância do princípio da não discriminação:

Este princípio não discriminação é dos mais relevantes, no que diz respeito ao tratamento de dados sensíveis. É esse o ponto fundamental quando diante do uso de dados sensíveis potencialmente lesivo, em decorrência de sua capacidade discriminatória, seja por entes privados - i.e. fornecedoras de produtos e serviços - seja por entes públicos (MULHOLLAND, 2018, p. 174).

Um exemplo notável de violação de dados sensíveis ocorreu na Austrália, 2016, em que a prestadora de serviços de doação de sangue *Red Cross Blood Service*, por não adotar uma adequada política de dados, tornou pública a informação de mais de 500.000 clientes. As informações divulgadas trataram-se de dados pessoais, como nome, endereço e gênero, além de dados pessoais sensíveis, a exemplo de informações sexuais dos doadores. A prestadora de serviços confirmou que a divulgação fora acarretada por erro humano e noticiou aos doadores afetados via mensagem de texto um *link* para mais informações. Esse caso concreto pode ser considerado um dos vários precedentes de situações que engendram danos aos usuários de tratamento de dados com consequências imensuráveis por se tratar do meio ambiente digital.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, é imprescindível que haja a interpretação, amparado pelo princípio da autodeterminação informativa, dos direitos decorrentes dos dados pessoais, sob uma perspectiva constitucional. Nesse patamar, não se defende a posição da inserção de um novo inciso no art. 5º (XII-A) da Constituição da República, a fim de garantir a proteção aos dados pessoais, uma vez que o inciso XII já explicita o direito ao sigilo dos dados (BRASIL, 1988), o que, por consequência, protege a reserva dos dados pessoais e dos dados sensíveis. Assim, é concentrada no indivíduo a autonomia em face do controle de seus dados, excetuando hipóteses em que ele continua como detentor de seus dados, mas permite que o tratamento seja realizado, sob todos os preceitos da boa-fé objetiva e da LGPD.

Em relação à interpretação constitucional, fato recente que mostra o início da tutela fundamental em face dos dados pessoais fora a suspensão da eficácia da Medida Provisória 954/2020 pelo Supremo Tribunal Federal. Tal dispositivo permitia o compartilhamento de dados de clientes de empresas de telecomunicação com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como nome, números de telefone e endereço dos consumidores. Embora a justificativa de que os dados seriam utilizados para a produção de números oficiais de maneira não domiciliar, sobretudo como medida conscientizadora contra a disseminação do coronavírus, ela não possuiu um peso maior quando comparados com os direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, intimidade da vida privada, da honra e da imagem, além do sigilo dos dados pessoais. Por fim, alguns Ministros argumentaram que tal compartilhamento não havia previsão de garantia da proteção dos dados dos clientes e a não havia necessidade, visto que existiria outras formas de fomentar a situação, restringindo menos direitos fundamentais.

Finalmente, é preciso que o tratamento de dados em qualquer época e circunstância, com um destaque maior para o período da pandemia do coronavírus, respeite e garanta os direitos fundamentais do cidadão, pois nos momentos de crise, há (1) a possibilidade de uma vigilância totalitária ou (2) o empoderamento cidadão pela solidariedade global (HARARI, 2020). Escolhemos a segunda opção justamente para garantir a formação de uma cultura digital em torno desses valores, que garanta aos indivíduos a autonomia determinativa e incentive noções de consciência e educação digital.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 maio. 2020.

BRASIL. *Lei 10.406/2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 24 maio 2020.

BRASIL. *Lei 12.737*. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm. Acesso em: 24 maio. 2020.

BRASIL. *Lei 12.965/2014*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 24 maio. 2020.

BRASIL. *Lei 13.709/2018*. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 24 maio. 2020.

DAVEY, Melissa. Red Cross Blood Service data breach: personal details of 550,000 blood donors leaked. *The Guardian*. 28 out. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/australia-news/2016/oct/28/personal-details-of-550000-red-cross-blood-donors-leaked-in-data-breach>. Acesso em: 24 maio. 2020.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Salvador: JusPodivm, 2010.

FIORILLO, C. A. P. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F. *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HARARI, Y. N. Yuval Harari sobre coronavírus: humanidade não voltará a ser como antes. *Diálogos do Sul*. 31 mar. 2020. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/analise/63869/yuval-harari-sobre-coronavirus-humanidade-nao-voltara-a-ser-como-antes>. Acesso em: 28 maio. 2020.

MULHOLLAND, C. S. *Dados pessoais sensíveis e a tutela de direitos fundamentais: uma análise à luz da Lei Geral de Proteção de Dados*. R. Dir. Gar. Fund., Vitória, v. 19, n. 3, p. 159-180, set.-dez. 2018. Disponível em: <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1603>. Acesso em: 25 maio. 2020.

NAVES, B. T. O.; SÁ, M. F. F. *Direitos da personalidade*. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

REIS, E. V. B.; NAVES, B. T. O. *O meio ambiente digital e o direito à privacidade diante do Big Data*. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 17, n. 37, p. 145-167, jan.-abr. 2020. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1795>. Acesso em: 24 maio. 2020.

WITKER, Jorge. *Como elaborar una tesis en derecho: pautas metodológicas y técnicas para el estudiante o investigador del derecho*. Madrid: Civitas, 1985.

ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism*. New York, PublicAffairs, 2019.